

O Universal e o Particular¹

The Universal and the Particular

Vitor Barletta Machado²

Resumo

O presente artigo apresenta reflexões proferidas durante a palestra “O Universal e o Particular”, no Colóquio: A Universidade Católica à Luz do Concílio Vaticano II, de 2015, realizado na PUC-Campinas. A proposta era levantar o debate sobre os desafios da educação Católica, à luz dos documentos papais sobre o tema, perante as características do mercado de trabalho na sociedade contemporânea. O texto apresenta os principais aspectos das encíclicas *Gravissimum Educationis* (1965), *Ex Corde Ecclesiae* (1990), *Instrumentum Laboris* (2014), relacionando-os ao debate sobre a moral particular e a universal na obra de Durkheim, enfocando no desenvolvimento de uma moral profissional que não se aproxima dos valores defendidos para toda a humanidade. As considerações finais remetem aos desafios do trabalho de docentes nas universidades católicas, também atingidos pelo conflito entre interesses particulares do mercado e valores universais, mas que não podem abandonar o comprometimento com a formação de novas gerações de profissionais interessados em transformar essa realidade.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II. Educação Católica. Mercado de trabalho.

Abstract

This article presents reflections given during the lecture “The Universal and the private” in Colloquy: The Catholic University in the Light of Vatican II, 2015, held at PUC-Campinas. The proposal It was to raise the debate on the challenges of Catholic education in the light of papal documents on the subject, before the characteristics of the labor market in contemporary society. The text presents major aspects of encyclicals Gravissimum Educationis (1965), Ex Corde Ecclesiae (1990), Instrumentum Laboris (2014), relating them to the debate on moral particular and the universal in the work of Durkheim, focusing on developing a professional morality that does not approach the values defended for all mankind. The final considerations refer to the challenges of teachers working in Catholic universities, also affected by the conflict between private market interests and universal values, but they can not leave the commitment to the formation of new generations of professionals interested in transforming this reality.

Keywords: Second Vatican Council. Catholic Education. Job market.

A proposição que estimulou este trabalho parte do questionamento sobre as possibilidades da educação Católica, praticada em escolas e universidades, diante dos desafios do mercado de trabalho contemporâneo. O caminho escolhido aqui partiu dos

¹ Texto apresentado no Colóquio “A identidade da Universidade Católica: em comemoração aos 25 anos da Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae*”, organizado pelo Núcleo Fé e Cultura da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, que ocorreu nos dias 6 e 7 de maio de 2015, Campus I da PUC-Campinas.

² Doutor em Sociologia pela UNICAMP. Professor Doutor, desenvolvendo trabalho de extensão junto ao Programa de Mestrado em Ciências da Religião e à Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Rod. Dom Pedro I, Km 136, Parque das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil. E-mail: vitor.machado@puc-campinas.edu.br

documentos *Gravissimum Educationis*(1965)³, *Ex Corde Ecclesiae* (1990)⁴, *Instrumentum Laboris* (2014)⁵, que servem como indicativos dos avanços da reflexão sobre a educação Católica em diferentes momentos da história da Igreja, a serem cotejados com algumas reflexões da teoria sociológica clássica de Durkheim. Não há a pretensão de se esgotar as diferentes orientações de todos esses documentos, mas tão somente de organizar alguns pontos comuns necessários à condução da discussão.

O documento de 1965, escrito diante dos diversos debates levantados no Concílio Vaticano II, afirma que uma educação adequada deve cumprir o papel de estimular o cultivo da verdade e da caridade. Coloca-se entre os deveres da educação Católica, além da transmissão de certos valores e conhecimentos, o auxílio na construção de uma mentalidade “aberta ao consórcio fraterno com os outros povos para favorecer a verdadeira unidade e paz na terra”⁶. Evidente que o espírito de um consórcio fraterno entre os povos demanda o respeito à diversidade, a tolerância entre os homens, já que a Humanidade é formada por pessoas com diferentes bagagens culturais. Não tão evidente é o sentido da verdadeira unidade da Terra. Não se trata de uma visão de unidade cultural, no sentido de estabelecimento de um padrão único, uma vez que a diversidade dos povos já foi afirmada no começo da frase. A unidade aqui referida remete ao sentido mais transcendente do humano. É a unidade que nasce da compreensão de que somos todos humanos, único caminho para o estabelecimento de uma situação de concórdia entre os homens em sentido universal. Por isso a qualificação como “verdadeira unidade” é importante. Pois uma unidade que nasce da imposição de valores, da sobreposição de uma cultura sobre outra, do desrespeito aos valores que nos tornam humanos, não pode ser assim chamada. Podemos, ainda, perceber a confirmação dessa interpretação em outra passagem do documento, quando se fala especificamente da importância do trabalho realizado nas escolas, que além de transmitir valores e preparar os jovens para a vida profissional, também age “[...] criando entre alunos de índole e condição diferentes um convívio amigável, favorece a disposição à compreensão mútua; [...]”⁷. Vemos claramente que a diversidade não é portanto suprimida, mas serve para estabelecer os fundamentos de uma convivência pacífica e amistosa entre indivíduos diferentes.

Mas a *Gravissimum Educationis* não se limita a apenas fornecer indicações genéricas de princípios. Aponta caminhos e ações que devem ser realizadas no tempo presente. É o que vemos na seguinte passagem: “que brilhem não pelo número mas pela dedicação à ciência; e facilite-se a entrada aos alunos de maior esperança, embora

³ PAULO VI, Papa. *Declaração Gravissimum Educationis – Sobre a educação cristã*. 1965. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html>. Acesso em: 1º out. 2015.

⁴ JOÃO PAULO II, Papa. *Constituição Apostólica Ex Corde Ecclesiae – Sobre as universidades católicas*. 1990. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_15081990_ex-corde-ecclesiae.html>. Acesso em: 1º out. 2015.

⁵ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *Instrumentum Laboris – Educar Hoje e Amanhã, Uma paixão que se renova*. 2014. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20140407_educare-oggi-e-domani_po.html>. Acesso em: 1º out. 2015.

⁶ *Ibid.*

⁷ *Ibid.*

de pouca fortuna, sobretudo aos oriundos das nações jovens”⁸. A passagem remete diretamente às universidades católicas, que devem se tornar espaços de dedicação ao desenvolvimento da ciência, com tudo o que está implicado em tal missão. Mas a expectativa é por aquele conhecimento que se estabelece por sua qualidade e não pelo mero cumprimento mecânico de metas quantitativas. Somente tal indicação estabelece um desafio contemporâneo às universidades católicas, que é gigantesco e que anda no sentido contrário das políticas de avaliação da produção acadêmica nas últimas décadas, pautadas por metas anuais de publicação, que tem resultado em uma produção científica de baixa relevância, tema de debate inclusive na mídia nacional: “Em 2011, os pesquisadores brasileiros publicaram 49.664 artigos. O número é equivalente a 3,5 vezes a produção de 2001 (13.846 trabalhos). O problema é que a qualidade dos trabalhos científicos, medida, por exemplo, pelo número de vezes que cada estudo foi citado por outros cientistas (o chamado “impacto”), despencou”⁹. Naquele momento nós havíamos caído da posição 31 para a 40 no ranking mundial da qualidade científica. O trabalho de pesquisa que busca a qualidade não se adequa ao ritmo da produção de massa do mercado, o mesmo mercado que dita as condições para o trabalho em qualquer profissão – também objeto da reflexão aqui proposta.

O desafio anterior é, como afirmado, gigantesco. Mas ele vem atrelado a uma outra orientação que deve pautar as universidades católicas, que é justamente facilitar o acesso ao ensino superior àquelas pessoas sem recursos financeiros, principalmente nas nações em desenvolvimento. A concepção em construção no documento se amplia, afirmando portanto que o ensino que visa promover a verdadeira unidade não pode ficar restrito aos grupos sociais privilegiados economicamente. A universidade, principalmente a católica, deve se destacar na formação humana, na qualidade científica e no acolhimento. Se tais elementos já eram desafiadores em 1965, as décadas que a esta se somaram somente os hiperdimensionaram.

O documento *Ex Corde Ecclesiae*¹⁰ reflete os desenvolvimentos da temática no contexto de uma sociedade que teve os desafios da integração e do desenvolvimento do verdadeiro sentido da unidade humana ampliados. Reafirma princípios já estabelecidos, ressaltando a importância da autonomia universitária como condição para o bom desenvolvimento das pesquisas acadêmicas, mas avança muito ao propor a integração entre os diferentes campos do conhecimento dentro das universidades católicas, como caminho para dar uma resposta aos complexos “aspectos da vida humana e da sociedade”.

A unidade de propósitos é, portanto, fundamental para a resolução dos desafios à construção de uma sociedade mais humana, realizando-se através das contribuições que cada indivíduo pode fornecer a partir de suas especialidades. Rubio afirma: “Uma existência isolada separada da relação com os outros seres humanos, abstrata, não é

⁸ Cf. *Instrumentum Laboris*, 2014.

⁹ RIGHETTI, S. Brasil cresce em produção científica, mas índice de qualidade cai. *Folha de São Paulo*. 22 abr. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2013/04/1266521-brasil-cresce-em-producao-cientifica-mas-indice-de-qualidade-cai.shtml>>. Acesso em: 1º out. 2015.

¹⁰ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. *Ex Corde Ecclesiae*, 1990.

uma vida realmente humana. O homem nega a sua humanidade quando rejeita ou se isola do próximo¹¹. A vivência coletiva é uma necessidade de nossa constituição enquanto seres humanos, do mesmo modo que o trabalho coletivo. E o fundamento do avanço de qualquer ciência é, justamente, o trabalho coletivo e cooperativo dos pesquisadores. Na perspectiva tradicional da ciência, como a retratada por Kuhn, tal cooperação ocorre entre cientistas de um mesmo campo de conhecimento, em uma perspectiva compartimentalizada e criadora de paradigmas. Em outra perspectiva, como a defendida por Santos^{12,13} e Morin¹⁴, a cooperação se estende para além das fronteiras tradicionais das disciplinas científicas, rompendo paradigmas tradicionais. Romper o pensamento fragmentado e segregacionista aparece como o um desafio do fazer científico em sentido similar ao afirmado por Paulo II para a educação Católica.

A perspectiva integradora, quer para o fazer científico quer para a educação Católica, afirma a necessidade da abertura para a diversidade, o que não é somente aceitar a existência do diverso de maneira isolada, em um espaço destinado especificamente para ele¹⁵. Integrar pressupõe a permissão para que o diverso tome parte do processo, organicamente. Em uma sociedade pautada na competição ditada pelo mercado, tal integração não se trata de uma proposta simples. O documento do Papa Paulo II afirma: “A Universidade Católica deve tornar-se cada vez mais atenta às culturas do mundo de hoje, bem como também às várias tradições culturais existentes dentro da Igreja, de maneira a promover um contínuo e proveitoso diálogo entre o Evangelho e a sociedade de hoje”¹⁶. O que está em questão, aqui, não é a busca pelo fim da diversidade, presente no interior da própria Igreja mas, sim, o diálogo permanente. Não somente o diálogo entre mentalidades fechadas, mas de pessoas abertas ao debate de novas possibilidades. E o fazer científico requer justamente a busca pelo diálogo, único meio de se identificar novas possibilidades e respostas, ainda que tantas vezes o próprio meio acadêmico demonstre que também está preso às contradições de nossa sociedade.

A *Instrumentum Laboris*¹⁷, da Congregação para a Educação Católica, atualiza os debates anteriores. O documento afirma que o avanço de fenômenos econômicos e políticos atacando as bases do *Welfare State* e visando eliminar direitos sociais, representa “o triunfo do liberalismo com as suas nefastas repercussões no plano educacional e escolar”¹⁸. Devemos entender o que tais repercussões geram efeitos nefastos para a educação. O documento de 2014 indica a resposta no formato de uma tese desdobrada do avanço das reflexões propostas nos documentos anteriores: “A tese segundo a qual a

¹¹ RUBIO, A.G. *Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*. São Paulo: Paulinas, 1989. p.367.

¹² SANTOS, B.S. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 1987.

¹³ SANTOS, B.S. *Introdução à uma ciência pós moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

¹⁴ MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2.ed. São Paulo: Cortez; 2000.

¹⁵ Como exemplo de tal mentalidade podemos lembrar das políticas de segregação de populações indígenas, restritas às suas reservas. É a mesma mentalidade que dificulta a inclusão de portadores de necessidades especiais nas escolas e universidades.

¹⁶ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *Instrumentum Laboris - Educar Hoje e Amanhã, Uma paixão que se renova*. 2014. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20140407_educare-oggi-e-domani_po.html>. Acesso em: 1º out. 2015.

¹⁷ *op. cit.* JOÃO PAULO, II, Papa.

¹⁸ *Cf. Instrumentum Laboris*, 2014.

cultura e a educação não podem ser subservientes ao poder econômico e às suas lógicas”¹⁹. Não há margem para qualquer confusão aqui: a lógica do poder econômico não deve submeter a educação e a cultura à uma situação de servidão. O propósito da educação não deve ser atender às lógicas do mercado. A afirmação é importante primeiro por ser feita inspirada nos documentos anteriores, visando demonstrar que tal sempre foi o sentido da mensagem da Igreja para a educação. E, em segundo lugar, por ser feita de maneira absolutamente clara, indicando que a educação como mercadoria é uma realidade inaceitável, que precisa então ser alterada. Não se trata de um exagero de interpretação uma vez que tal tese ressurgiu no mesmo documento em outro formato, quando se afirma que uma universidade/escola Católica devem possuir: “o respeito pela dignidade de cada pessoa e pela sua unicidade (e, portanto, a rejeição de uma educação e instrução de massa, que tornam a pessoa humana manipulável e a reduzem a um número)”²⁰. O desafio é a mudança de um aspecto fortemente enraizado na educação contemporânea, voltada a formar os profissionais desejados pelo mercado.

Neste ponto podemos inserir no debate algumas contribuições da reflexão sociológica, dentro do Espírito desse Colóquio, que juntou diferentes olhares sobre um mesmo tema. A opção aqui foi por utilizar uma abordagem clássica, mas dando-lhe nova perspectiva. Poderíamos ter utilizado o referencial marxista, tão conhecido por suas críticas ao sistema capitalista, mas isso poderia conduzir, no limite, a uma discussão política mais carregada ideologicamente, desviando a reflexão para uma análise das mazelas do sistema educacional socialista, o que não cabe nos propósitos desta comunicação. Por isso, a opção pela utilização do trabalho de Durkheim, autor não associado ao socialismo e muitas vezes apontado como um defensor do sistema capitalista em análises mais afoitas. Não temos espaço para a exposição sistemática do autor de modo que é importante salientar que lidaremos, aqui, com as reflexões sobre moral, ética e atividade profissional presentes em sua obra.

De início devemos lembrar que a educação, por tudo que já foi dito, representa um desafio moral e ético. A noção inicialmente discutida sobre a verdadeira unidade humana remete fortemente para a dimensão dos valores morais, já que somente através deles poderemos lidar com os valores necessários ao respeito à diversidade. Durkheim define a moral como um fato social. Normalmente isso seria respondido com a afirmação de que a moral, como todo fato social, possui uma realidade que é exterior ao indivíduo, que lhe antecede e sucede, exercendo sobre cada um formas diversas de coerção que direcionam o pensamento e a ação, em padrões que são gerais para uma determinada coletividade. Mas tal definição, ainda que exata conforme o método do autor, não revela a dimensão profunda dos fenômenos sociais. Assim, lemos em Durkheim: “Se for uma função da sociedade, a moral então não se relaciona apenas com os fatos econômicos, mas com todos os fatos sociais dos quais deriva e que formam seu conteúdo”²¹. Um fato social não é um fenômeno isolado, forte por si mesmo. Os diversos fatos sociais que

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ *Ibid.*

²¹ DURKHEIM, E. *Ética e sociologia da moral*. 2.ed. São Paulo: Landy, 2006. p.49.

compõem a vida coletiva cotidiana estão integrados, profundamente relacionados, exercendo influência uns sobre os outros, originando fatos novos. A moral como fato social se origina de fatos que lhe são anteriores e dá origem a diversos outros fatos. Para compreender a dinâmica social não basta elencar os diferentes fatos que a compõem, já que “Não é correto afirmar que o todo é igual à soma de suas partes”²². O que isto nos diz? Que a moral tem uma realidade múltipla na sociedade, espalhada em diferentes fenômenos, sem necessariamente ser um elemento determinante da conduta individual, que está sujeita a diversas influências. Que mesmo que possamos organizar todos os preceitos morais em uma lista, eles não serão suficientes para determinar o andamento da vida social, ainda que esta seja sua função imediata: “Sem nos propormos discutir as bases últimas da ética, parece-nos indiscutível que a função prática da moral é na realidade tornar a sociedade possível, ajudar as pessoas a viverem juntas sem muitos prejuízos ou conflitos, em resumo, dar salvaguarda aos grandes interesses coletivos”²³.

É fundamental atentar para o final da citação anterior, sobre os “grandes interesses coletivos”. Não são os interesses individuais e privados, como aqueles do lucro capitalista, mas os coletivos, que dizem respeito ao todo. Mas não o todo como a soma das partes ou, ainda, como a média geral, mas o todo compreendido como aquilo que transcende o individual, que supera a visão particularista. Não é “um sistema de regras abstratas que as pessoas trazem gravadas na consciência ou que são deduzidas pelo moralista no isolamento de sua sala. É uma função social ou, mais que isso, um sistema de funções formado e consolidado sob pressão das necessidades coletivas”²⁴. E as necessidades coletivas certamente não se reduzem às expectativas do lucro privado de grupos econômicos, tal como ocorre com a educação vista como mercadoria no sistema liberal. A lógica econômica é uma das que estão presentes na vida social, mas a sociedade não se reduz ao mercado. Imaginar que um único padrão possa ser imposto para todas as sociedades foge completamente à teoria de Durkheim, que ressaltava que os padrões sociais dizem respeito sempre a certos tipos sociais específicos em um tempo específico. Para o autor: “É preciso renunciar a esse hábito, ainda muito disseminado, de julgar uma instituição, uma prática, uma máxima moral, como se fossem boas ou más em si mesmas e por si mesmas, e todos os tipos sociais indistintamente”²⁵. Vemos que os fatos sociais não são padrões universais independentes do contexto em que se realizam. Tal perspectiva, aberta à variedade cultural, tornou a obra de Durkheim atraente inclusive ao pensamento antropológico em seu início, como vemos na obra de Marcel Mauss.

A próxima etapa na reflexão de Durkheim sobre a moral é justamente a busca por alguma sistematização dos diferentes padrões morais existentes. O autor a realiza ao refletir sobre os fatos jurídicos, sobre o direito, que define como sendo “A moral mínima absolutamente necessária à permanência da sociedade”²⁶. O direito não se confunde, portanto, com a totalidade da moral em uma sociedade. É apenas uma pequena parte sistematizada dela, mas ambas podem ser entendidas como “regras de conduta

²² *Ibid.*, p.21.

²³ *Ibid.*, p.23.

²⁴ *Ibid.*, p.41.

²⁵ *Id.*, 1978, p.49.

²⁶ *Id.*, 2006, p.66.

sancionadas”. E temos que “A sanção é, de fato, uma consequência do ato, porém uma consequência que resulta não do ato tomado em si mesmo, mas de ele ser conforme ou não a uma regra de conduta preestabelecida”. Teorizando sobre as regras morais Durkheim apresenta dois tipos.

O primeiro corresponde às regras aplicáveis à todos os homens, sem qualquer distinção, e determinam “a maneira pela qual se deve respeitar ou desenvolver a humanidade”²⁷, entendida em sentido abrangente, tal como a perspectiva da verdadeira unidade humana presente nos documentos sobre a educação Católica aqui já analisados. É a chamada *moral universal*, que se divide em dois grupos. No primeiro grupo estão as regras que tratam das relações do indivíduo consigo mesmo, chamadas de *moral individual*. É necessário perceber que não se trata de imaginar que são aquelas regras que estabeleço para mim mesmo, sem qualquer relação com a coletividade. Essa moral individual deriva da moral universal, estando diretamente relacionada com ela. Trata-se, então, da expectativa de cada um de nós de ser tratado conforme os preceitos gerais do respeito e dignidade humanas. O segundo grupo corresponde às regras que determinam nosso relacionamento com todos os demais homens sem qualquer distinção e divisão particular. Tais regras, também derivando da moral universal, estabelecem que devemos tratar todos os homens no sentido do respeito à dignidade humana, estabelecendo os padrões éticos mais elevados. Não há, entre um grupo e outro uma oposição, mas tão somente a definição de que a construção da dignidade humana é realizada através do respeito individual e coletivo, sem a observação de qualquer distinção.

O segundo tipo de regras morais são as de natureza diferente da primeira, “atinentes não à nossa qualidade geral de homens, mas a qualidades particulares que nem todos os homens apresentam”. É o vasto campo da *moral particular*, dividida em grupos diversos com alcances variados. É o espaço em que se estabelecem deveres diversos para homens e mulheres, jovens e idosos. Também é o espaço dos antagonismos entre ser cidadão de uma nação ou de outra. De pertencer a uma religião ou a outra. Todas as diferentes formas de divisões em grupos, grandes ou pequenos, nos quais organizamos diferentes aspectos de nossa vida cotidiana, estão presentes aqui. E Durkheim atribui especial destaque ao campo da moral profissional. Professores, comerciantes, industriais, soldados, sacerdotes etc., possuem deveres diferentes. “Pode-se dizer, a esse respeito, que há tantas morais quanto profissões diferentes, e, como em princípio cada indivíduo só exerce uma profissão, disso resulta que essas diferentes morais se aplicam a grupos de indivíduos completamente diferentes”. São princípios norteadores que também podem ser opostos. O cientista, por exemplo, tem o dever de questionar para fazer avançar o conhecimento, o soldado tem o dever de obedecer. Por estarem associadas ao que é requerido para tomar parte de um grupo profissional específico, tais normas não são percebidas como importantes pelos participantes dos outros grupos profissionais: “Não há regras morais cuja violação, pelo menos em geral, seja vista pela opinião com tanta indulgência”. Um funcionário de telemarketing pode ser punido por destratar um cliente,

²⁷ *Id.*, 2002, p.2.

mas tal punição não será replicada em sua igreja no culto semanal, ou no seu ambiente familiar, nem irá significar a suspensão de seus direitos como cidadão de certa nação. Não se tratando de violações à princípios morais universais tais sanções acabam por ficar “um pouco fora da consciência comum”²⁸.

Qual é a consequência dessa diversificação da moral, que Durkheim nomeia de polimorfismo moral? A resposta articulada por Durkheim relaciona-se com a definição da moral como fato social: “A moral é sempre obra de um grupo e só poderá funcionar se esse grupo a proteger com sua autoridade”²⁹. Cabe a cada grupo profissional definir a moral que o orienta, suas obrigações e limitações. A organização sistemática de tais normas morais é aquilo que se apresenta normalmente como o código de conduta ética de uma profissão. Tais códigos somente possuem algum sentido se são seguidos pelos membros de uma profissão e se existem estruturas organizadas para sancionar as condutas desviantes. A Ordem dos Advogados ou o Conselho Federal de Medicina são dois exemplos dessas estruturas. Durkheim, porém, destaca que “há toda uma categoria de funções que não satisfazem de modo nenhum a essa condição: são as funções econômicas, tanto a indústria como o comércio”³⁰. Tal é o grande problema, é o grande desafio. Na competição entre as indústrias e entre os comerciantes não vemos surgirem e se fortalecerem estruturas morais, regras sancionadas de conduta coletiva como já definimos. A competição e a busca pelo lucro são os fatores que definem o comportamento dos agentes do mercado. As limitações que existem na competição entre empresas e comerciantes não surgem dentro do grupo de profissionais dedicados e tais atividades, mas surgem fora dele, sendo em regra códigos estabelecidos por governos e agentes políticos diversos. Não têm uma origem dentro do particularismo moral dessas atividades. Ocorre então que “dessa inorganização das profissões econômicas resulta uma consequência da maior importância: em toda essa região da vida social não existe moral profissional”³¹. Durkheim destaca que temos então, em nossa sociedade, todo um conjunto de profissionais que atuam cotidianamente fora do espaço da moral. Passam a maior parte dos seus dias e da vida em um meio apenas fracamente marcado por qualquer moralidade. Enfraquece-se nos indivíduos, como consequência, toda a noção de padrão moral, inclusive o universal, que precisa abrir espaço para as ações que determinam o sucesso econômico. O particularismo moral das profissões de mercado mina as bases de construção da moral universal, justamente aquela relacionada à verdadeira unidade da humanidade.

Tomando tais conceitos como base vemos a dimensão da questão na sociedade contemporânea. Todas as profissões estão colocadas no mercado de um modo ou de outro. Todos são tornados assalariados, como já sustentava Marx no Manifesto Comunista, que encontra aqui um espaço para surgir apenas como suporte para os conceitos e análises derivadas de Durkheim. Até mesmo a educação, fato tão fundamental à continuidade da vida social, desenvolve uma versão de mercado, aquela que já vimos

²⁸ *Ibid.*, p.5.

²⁹ *Ibid.*, p.9.

³⁰ *Ibid.*, p.12.

³¹ *Ibid.*, p.12.

aqui denunciada na *Instrumentum Laboris*. Não convém ao escopo deste trabalho exemplificar instituições que assim procedem, mas várias são as ofertas de um ensino que “prepara para o mercado”, “forma vencedores”, “qualifica os profissionais para as novas exigências do mercado de trabalho”³². Não se trata de negar a realidade da existência de um mercado competitivo, ou a necessidade de se formar adequadamente as novas gerações para o exercício profissional. Mas, diante da questão proposta, sobre os desafios da educação Católica, devemos considerar que ela ocorre no contexto de uma sociedade pautada pelo mercado.

O mercado acadêmico, que pauta o desenvolvimento das pesquisas nas universidades, orienta-se por padrões de avaliação que medem a quantidade de novos artigos publicados, número de citações de um trabalho por outros pesquisadores, verbas recebidas, entre outros elementos possíveis de serem quantificados de alguma maneira. O tempo necessário para a pesquisa de qualidade, defendida em todos os documentos aqui analisados, perdeu-se com o acirramento da competição entre os pesquisadores, que já não atuam de maneira colaborativa, conforme o ideal científico, mas em uma lógica corporativa e restritiva. Cada artigo que ganha publicidade nos periódicos de prestígio fecha o espaço de divulgação para muitos outros, afinal a lógica é a competição de mercado e se todos publicarem ninguém terá especial destaque. Nesse contexto restritivo, em que a diversidade de opiniões, tão necessária ao desenvolvimento de novos conhecimentos, se encontra tão limitada, o debate acadêmico perde muito. E surge uma situação na qual novos pesquisadores somente conseguem espaço na medida em que se associam com aqueles já estabelecidos, reproduzindo as condições já vigentes. Sendo limitados os recursos e muitos os concorrentes ocorre uma preocupante expansão das fraudes acadêmicas³³, não somente pela cópia não autorizada como pela falsificação de resultados. A qualidade científica, instrumento para o desenvolvimento da educação integral a ser realizada nas escolas e universidades católicas, tarefa já repleta de desafios em si mesma, pode ser limitada pelas mesmas condições econômicas que pretende combater e transformar.

O desafio lançado para a educação Católica não é somente o da organização da educação nas escolas e universidades mantidas pela Igreja. A vivência de uma educação libertadora, que enfatize as características da verdadeira unidade da humanidade, relaciona-se com o desenvolvimento da dimensão moral universal, que podemos aqui visualizar na discussão sobre a efetivação dos direitos humanos em escala global. As universidades católicas, em sua distribuição global, são não somente espaços de acesso ao ensino e conhecimento cientificamente organizado, mas atuam preparando profissionais que deverão se inserir no mercado para transformá-lo ou para serem transformados por ele. Cabe, então, perguntar: como equacionar tais responsabilidades no cotidiano da educação? Mesmo sendo evidente e destacada, nos documentos, a importância do papel dos professores, de que maneira pode ser construído um espaço

³² Cf. *Instrumentum Laboris*, 2014.

³³ RUSSO, M. Ética e integridade na ciência: da responsabilidade do cientista à responsabilidade coletiva. *Estudos Avançados*, v.28, n.80, p.189-198, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 out. 2015.

no qual eles se sintam protagonistas de um processo que não é somente de adequação mas de mudanças?

Considerando que os professores são profissionais da educação, sujeitos às normas do mesmo mercado que impossibilita o real desenvolvimento de uma moral profissional que conduza à visão de uma universalidade humana, o desafio se inicia no próprio espaço de trabalho e nas condições gerais que orientam este fazer profissional. Como educar para o mercado se o mercado é justamente o elemento a ser questionado? O mercado não proporciona o desenvolvimento da moral profissional, mas podemos pensar, ainda com Durkheim, que mais do que isto, a verdadeira moral desenvolvida pelo mercado estabelece exatamente os padrões de competição desenfreada. Pois a moral verdadeira não é construída artificialmente, ela está nos padrões sociais: “Não se pode construir uma moral completa e impô-la mais tarde à realidade; ao contrário, é preciso observar a realidade para dela inferir a moral”³⁴.

Os padrões estabelecidos pelo mercado já são conhecidos por todos. Agora nos resta o desafio de transformá-los. E a transformação não pode ser realizada artificialmente, vinda de fora, é preciso que ela surja dentro do próprio mercado, que faça parte dos seus novos padrões, dos novos fatos sociais que irão ajudar a compor uma nova verdadeira moral. A educação, particularmente a Católica sobre a qual nos detemos, deve preparar para o mercado, pois é dentro dele que a transformação precisa ser realizada. Os educadores terão um papel indispensável em tal processo, devendo discutir e estimular o desenvolvimento dos novos valores que podem ajudar a iniciar essa mudança. Para tanto, é necessário que o próprio trabalho docente, compreendendo suas dimensões de ensino e pesquisa, se liberte das amarras do mercado, pois somente vivendo uma nova realidade moral profissional seremos plenamente capazes de articulá-la com aqueles valores universais essenciais, pensar e agir diferente dos padrões que nos consomem. Tal é, simultaneamente, o desafio e a resposta.

³⁴ Cf. DURKHEIM, 2006, p.32.